

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEIS) NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA CONTÁBIL E GERENCIAL

CHALLENGES AND PERSPECTIVES OF MEIS IN BRAZIL: AN ACCOUNTING AND MANAGERIAL ANALYSIS

DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS DE LOS MICROEMPRESARIOS INDIVIDUALES (MEI) EN BRASIL: UN ANÁLISIS DESDE UNA PERSPECTIVA CONTABLE Y DE GESTIÓN

Anthony Goes de Melo¹
Caíque de Souza Neris²
Caroline Aparecida Nascimento Santos³
Ícaro Furtado de Lima⁴
Ingrid Pontes da Silva⁵
Suelen Torres da Silva Guedes⁶
Vitória Mariano da Silva Cruz⁷

RESUMO: Este artigo analisa os principais desafios enfrentados pelos microempreendedores individuais (MEIs) no Brasil, com foco nas dimensões contábil, financeira e administrativa. O regime do MEI, instituído pela Lei Complementar nº 128/2008, representa uma política pública de inclusão produtiva essencial, desenhada para promover a formalização de trabalhadores autônomos e pequenos empreendedores que atuavam à margem da economia formal. Essa figura jurídica simplificada, enquadrada no Simples Nacional, busca combinar a redução da carga tributária, o acesso à previdência social e a facilitação do registro empresarial. O regime consolidou-se como porta de entrada para o empreendedorismo, refletindo o dinamismo do empreendedorismo de necessidade, e, em 2022, contabilizava mais de 14 milhões de CNPJs ativos, correspondendo a cerca de 70% das empresas formalmente registradas no país. A pesquisa adotou uma abordagem metodológica mista (qualitativa e quantitativa), caracterizando-se como descritiva e exploratória, e utilizou o método de revisão narrativa da literatura, explorando publicações científicas e institucionais entre 2021 e 2025. Foram selecionados 14 artigos que embasaram a análise dos desafios. Os resultados da revisão foram categorizados em dois eixos: desafios estruturais e desafios microgerenciais. Entre os desafios estruturais, destacam-se o desequilíbrio atuarial do regime previdenciário, estimado em um déficit de R\$ 711 bilhões, a baixa adimplência dos contribuintes (cerca de 50% dos afiliados pagam regularmente), a focalização inadequada do programa e o significativo risco de pejotização das relações de trabalho. No plano microgerencial, os principais entraves identificados envolvem a má gestão financeira, com a maioria dos MEIs falhando em separar as contas pessoais e empresariais, o que infringe o Princípio da Entidade, além da ausência de suporte contábil profissional. Outro desafio crítico é o acesso limitado ao crédito, justificado pela alta percepção de risco das instituições financeiras, o que resulta em taxas de juros elevadas e prazos curtos. Como intervenção prática, a equipe autora desenvolveu o projeto de extensão "Empreendedorismo Jovem: Desvendando o MEI", por meio de uma palestra realizada no SENAI de Porto Velho (RO) para 31 jovens aprendizes do curso de Assistente Administrativo. O objetivo dessa intervenção foi disseminar conhecimento sobre a formalização, as obrigações fiscais e as práticas contábeis essenciais para a sustentabilidade dos pequenos negócios. Conclui-se que o fortalecimento e a sustentabilidade do MEI exigem urgentemente a revisão normativa, a implementação de políticas públicas de apoio focadas na capacitação gerencial e na ampliação do acesso ao crédito, bem como um maior envolvimento dos profissionais da contabilidade, visando garantir a equidade, a eficiência e o cumprimento dos objetivos originais do regime.

Palavras-chave: Microempreendedor Individual. Gestão contábil. Gestão financeira. Sustentabilidade. Revisão narrativa.

¹ Acadêmico de Ciências Contábeis, Afya São Lucas.

² Acadêmico de Ciências Contábeis, Afya São Lucas

³ Acadêmica de Ciências Contábeis, Afya São Lucas.

⁴ Acadêmico de Ciências Contábeis, Afya São Lucas.

⁵ Acadêmica de Ciências Contábeis, Afya São Lucas.

⁶ Acadêmica de Ciências Contábeis, Afya São Lucas.

⁷ Acadêmica de Ciências Contábeis, Afya São Lucas.

ABSTRACT: This article examines the main challenges faced by individual microentrepreneurs (MEIs) in Brazil, focusing on accounting, financial, and administrative dimensions. The MEI framework, established by Complementary Law No. 128/2008, represents an essential public policy for productive inclusion, designed to promote the formalization of self-employed workers and small entrepreneurs who previously operated on the margins of the formal economy. This simplified legal category, integrated into the Simples Nacional tax system, seeks to combine reduced tax burdens, access to social security, and simplified business registration procedures. The regime has become a gateway to entrepreneurship, reflecting the dynamism of necessity-driven enterprises, and in 2022 recorded more than 14 million active registrations, accounting for approximately 70% of all formally registered businesses in the country. The research adopted a mixed methodological approach (qualitative and quantitative), characterized as descriptive and exploratory, and used the narrative literature review method, examining scientific and institutional publications from 2021 to 2025. Fourteen articles were selected to support the analysis of challenges. The review results were categorized into two axes: structural challenges and micro-managerial challenges. Among the structural challenges, the most notable are the actuarial imbalance of the social security system estimated at a deficit of R\$ 711 billion the low payment compliance of contributors (only about 50% pay regularly), the inadequate targeting of the program, and the significant risk of “pejotização” (the misuse of legal entities to disguise employment relationships). On the micro-managerial level, the main obstacles identified include poor financial management, with most MEIs failing to separate personal and business finances violating the Entity Principle as well as the lack of professional accounting support. Another critical challenge is limited access to credit, driven by financial institutions’ high perception of risk, resulting in high interest rates and short repayment terms. As a practical intervention, the authors developed the extension project “Youth Entrepreneurship: Unveiling the MEI”, delivered through a lecture at SENAI in Porto Velho (RO) for 31 young apprentices enrolled in the Administrative Assistant course. The objective of this intervention was to disseminate knowledge on formalization, tax obligations, and essential accounting practices that support the sustainability of small businesses. The study concludes that strengthening and ensuring the sustainability of the MEI regime urgently requires regulatory reform, the implementation of supportive public policies focused on managerial training and expanded access to credit, as well as greater involvement from accounting professionals, in order to ensure equity, efficiency, and alignment with the regime’s original objectives.

Keywords: Individual Microentrepreneur. Accounting management. Financial management. Sustainability. Narrative review.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto e complemento de uma proposta de extensão universitária e intervenção prática desenvolvida pela equipe autora. A ação se materializou no projeto de extensão "Empreendedorismo Jovem: Desvendando o MEI", realizado por meio de uma palestra direcionada a jovens empreendedores. A intervenção ocorreu no SENAI de Porto Velho (RO), no dia 9 de outubro de 2025, e teve como público-alvo 31 jovens aprendizes com idades entre 14 e 23 anos, matriculados no curso de Assistente Administrativo. A finalidade principal da ação foi orientar os participantes sobre os aspectos legais, técnicos e procedimentais relacionados ao MEI, abordando o processo de formalização, as obrigações fiscais e as práticas contábeis essenciais para a sustentabilidade dos pequenos negócios. Essa atividade buscou articular a teoria e a prática, disseminando conhecimento sobre os desafios estruturais e, principalmente, os desafios microgerenciais (como gestão financeira e suporte contábil) debatidos neste estudo.

O regime do Microempreendedor Individual (MEI) foi instituído no Brasil pela Lei Complementar nº 128/2008, com o objetivo de promover a formalização de trabalhadores autônomos e pequenos empreendedores que atuavam à margem da economia formal. Essa figura jurídica simplificada representa uma política pública de inclusão econômica e produtiva, que busca combinar redução da carga tributária, acesso à previdência social e facilitação do registro empresarial. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2024), o MEI constitui um enquadramento especial dentro do regime do Simples Nacional, desenhado para estimular a formalização de microempreendimentos, a inclusão previdenciária de autônomos e, em última instância, a elevação da inclusão social.

Nos últimos anos, o MEI consolidou-se como uma das principais portas de entrada para o empreendedorismo no Brasil. Estudos empíricos demonstram que o regime tem papel relevante na geração de renda, especialmente em períodos de retração econômica e aumento do desemprego (Lima & Júnior, 2023). Após a crise provocada pela pandemia de COVID-19, o número de registros de microempreendedores individuais atingiu patamares recordes, ultrapassando 14 milhões de CNPJs ativos em 2022, o que corresponde a cerca de 70 % das empresas formalmente registradas no país. Esse fenômeno reflete não apenas o dinamismo do empreendedorismo de necessidade, mas também o papel do MEI como instrumento de

3

Apesar dos avanços em termos de inclusão e formalização, diversos autores têm chamado atenção para fragilidades estruturais do modelo. Costanzi (2025) entende que o MEI opera sob um regime atuarialmente desequilibrado, com alíquotas de contribuição previdenciária de 5% do salário-mínimo e focalização inadequada, beneficiando majoritariamente empreendedores com maior renda. Essa distorção contribui para a pejotização das relações de trabalho, a substituição de vínculos formais por informais e a erosão da base contributiva do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Já Oliveira e Bernardeli (2022), ao investigarem o impacto do MEI sobre o crescimento econômico dos municípios paranaenses, identificaram uma correlação positiva entre o aumento de registros de MEIs e o crescimento do PIB municipal, embora ressaltem a necessidade de políticas de apoio técnico e contábil que consolidem a sustentabilidade desses empreendimentos.

Sob a ótica contábil e gerencial, a literatura aborda desafios recorrentes relacionados à baixa capacidade de gestão financeira, à falta de orientação contábil profissional e às dificuldades de cumprimento das obrigações fiscais e previdenciárias. O Sebrae e estudos recentes destacam que muitos microempreendedores desconhecem aspectos básicos da

contabilidade empresarial, o que compromete o controle de receitas e despesas e, consequentemente, a perenidade dos negócios. Nesse sentido, a atuação do profissional da contabilidade torna-se essencial para garantir regularidade fiscal, planejamento financeiro e adesão às normas legais.

Além disso, conforme o Ipea (2024), há lacunas importantes na literatura especializada, especialmente no tocante à avaliação dos resultados do MEI em longo prazo e à identificação dos fatores que condicionam a transição entre a informalidade e a formalidade. Tais lacunas justificam a importância de estudos que adotem uma perspectiva crítica e interdisciplinar, contemplando dimensões econômicas, administrativas e contábeis.

Com base nessas dificuldades identificadas e discutidas neste estudo, a equipe autora desenvolveu uma proposta de extensão universitária e intervenção prática, materializada por meio de uma palestra voltada a jovens empreendedores. A ação teve como finalidade orientar sobre os aspectos legais, técnicos e procedimentais relacionados ao MEI, abordando desde o processo de formalização e obrigações fiscais até práticas contábeis essenciais para a sustentabilidade dos pequenos negócios. Essa atividade buscou articular teoria e prática, ampliando o impacto social da pesquisa e contribuindo para a disseminação do conhecimento contábil e gerencial entre potenciais empreendedores.

4

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo geral analisar os principais desafios enfrentados pelos microempreendedores individuais no âmbito da gestão contábil, financeira e administrativa no Brasil. Como objetivos específicos, pretende-se: (i) mapear a produção científica sobre o MEI no Brasil entre 2021 e 2025; (ii) categorizar os principais desafios relacionados à formalização, manutenção dos registros; e, (iii) debater as tendências e lacunas de pesquisa, destacando oportunidades de aprimoramento das políticas públicas e das práticas contábeis voltadas ao segmento.

Dessa forma, busca-se contribuir para o aprofundamento do debate sobre a sustentabilidade do MEI sob a ótica contábil e gerencial, ressaltando sua importância para a economia brasileira, mas também os riscos de fragilização institucional e de distorções fiscais e previdenciárias que podem comprometer os objetivos originais da política.

REVISÃO DE LITERATURA

Criado por meio da Lei Complementar nº 128, de 2008, o MEI surgiu como uma estratégia de enfrentamento à informalidade no mercado de trabalho. A proposta legislativa surgiu da necessidade de incluir milhões de trabalhadores autônomos e pequenos

empreendedores no sistema formal e oferecer acesso à previdência social, além de segurança jurídica e simplificação tributária. A formalização por meio do MEI permite que o empreendedor obtenha um CNPJ, emita notas fiscais, contribua com um valor fixo mensal para o INSS e tenha acesso a benefícios previdenciários como aposentadoria, auxílio-doença e salário-maternidade.

A legislação também estabelece critérios objetivos para enquadramento: faturamento anual de até R\$ 81 mil, não participação em outra empresa como sócio ou titular, e possibilidade de contratar apenas um empregado. O MEI é uma subcategoria do regime Simples Nacional, com regras específicas que visam facilitar o ingresso de pequenos negócios na economia formal.

Diversos autores abordam o MEI sob perspectivas distintas. Para Vieira et al. (2025), o MEI é uma ferramenta de inclusão produtiva que busca reduzir barreiras de entrada ao empreendedorismo, especialmente em contextos de escassez de emprego formal. Já Santiago e Leal (2024) destacam o MEI como uma alternativa viável para trabalhadores informais que desejam regularizar suas atividades, mas alertam para os desafios relacionados à gestão financeira e à falta de capacitação técnica.

Oliveira e Bernardeli (2022) analisam o MEI como um vetor de crescimento econômico local, observando correlação positiva entre o número de registros de MEIs e o aumento do PIB municipal. No entanto, os autores ressaltam que a sustentabilidade desses negócios depende de apoio técnico e contábil contínuo. Essas diferentes interpretações revelam que, embora o MEI seja amplamente reconhecido como uma política pública inovadora, sua implementação e efeitos exigem análise multidimensional, considerando aspectos econômicos, fiscais, previdenciários e gerenciais.

Desde sua implementação em 2009, o MEI passou por diversas modificações normativas e operacionais. Inicialmente, o limite de faturamento era de R\$ 36 mil anuais, sendo posteriormente elevado para R\$ 60 mil em 2012 e para R\$ 81 mil em 2018. Além disso, o número de atividades permitidas para enquadramento foi ampliado, refletindo uma política de inclusão progressiva.

Segundo Oliveira e Bernardeli (2022) corroborado por Lima & Júnior (2023), durante a pandemia de COVID-19, o MEI ganhou destaque como mecanismo de proteção social e econômica. Segundo dados do Sebrae, o número de microempreendedores individuais ativos ultrapassou 14 milhões em 2022, representando cerca de 70% das empresas registradas no país. Esse crescimento foi impulsionado pela necessidade de geração de renda em meio à crise

sanitária e econômica, consolidando o MEI como porta de entrada para o empreendedorismo de necessidade.

A evolução do regime também inclui iniciativas como o Cartão MEI, linhas de crédito específicas e programas de capacitação. No entanto, estudos como os de Silva et al. (2023) e Vieira et al. (2025) apontam que o acesso ao crédito continua sendo um dos principais obstáculos enfrentados pelos MEIs, devido às altas taxas de juros e aos prazos curtos de pagamento impostos pelas instituições financeiras.

O MEI desempenha papel estratégico na economia brasileira, especialmente na geração de emprego, renda e inclusão produtiva. Estudos como os de Oliveira e Bernardeli (2022) demonstram que o aumento de registros de MEIs está associado ao crescimento econômico local, evidenciando sua relevância para o desenvolvimento municipal. Além disso, o regime contribui para a ampliação da base tributária, a redução da informalidade e o fortalecimento da cidadania econômica.

O Sebrae destaca que o MEI é responsável por movimentar setores como comércio, serviços e alimentação, sendo essencial para a dinamização da economia em regiões periféricas e em municípios de pequeno porte. A formalização permite que empreendedores tenham acesso a mercados institucionais, como licitações públicas, e a produtos bancários com condições diferenciadas.

6

Entretanto, como apontam Santiago e Leal (2024), a falta de capacitação técnica e contábil compromete a sustentabilidade dos negócios. Muitos microempreendedores desconhecem práticas básicas de gestão financeira, o que dificulta o controle de receitas e despesas, a precificação correta e o cumprimento das obrigações fiscais. A atuação de profissionais da contabilidade é vista como essencial para garantir regularidade fiscal e planejamento estratégico.

A academia tem se dedicado a estudar o MEI sob diferentes enfoques. Há consenso sobre sua importância como política pública de inclusão, mas também há críticas quanto à sua estrutura fiscal e previdenciária. Autores como Costanzi (2025) e Vieira et al. (2025) alertam para os riscos de fragilização institucional, pejotização e desequilíbrio atuarial. Já pesquisadores como Oliveira e Bernardeli (2022) e Lima & Júnior (2023) enfatizam os impactos positivos do MEI na geração de renda e no crescimento econômico.

A literatura sobre o Microempreendedor Individual (MEI) no Brasil revela uma diversidade de enfoques que vão desde análises econômicas e previdenciárias até perspectivas contábeis, gerenciais e sociais. Os estudos de Ansiliero, Costanzi e Cifuentes (Ipea, 2024)

oferecem uma leitura crítica do regime, destacando seu desequilíbrio atuarial e os riscos de pejetização das relações de trabalho. Embora reconheçam os avanços em termos de inclusão previdenciária, os autores alertam para a fragilidade da base contributiva do RGPS e para a necessidade de revisão estrutural do modelo.

Em contraponto, Lima & Júnior (2023) adotam uma perspectiva positiva ao relacionar o crescimento do MEI com a crise econômica provocada pela pandemia de COVID-19. Para eles, o regime funcionou como uma válvula de escape para milhões de brasileiros que perderam seus empregos, consolidando-se como uma alternativa viável de geração de renda e empreendedorismo de necessidade.

Machado et al. (2021) aprofundam essa discussão ao investigar os desafios enfrentados pelos MEIs durante o primeiro ano da pandemia. Os autores identificam dificuldades como queda de receita, falta de habilidades tecnológicas e gestão financeira precária, além de uma taxa elevada de inadimplência. Essa abordagem prática reforça a importância de políticas de apoio e capacitação para garantir a sobrevivência dos negócios.

No campo econômico, Oliveira e Bernardeli (2022) analisam o impacto do MEI sobre o crescimento dos municípios paranaenses. Os autores demonstram que há uma correlação positiva entre o número de registros de MEIs e o aumento do PIB municipal, evidenciando o papel do regime na dinamização da economia local. No entanto, ressaltam que a sustentabilidade desses empreendimentos depende de suporte técnico e contábil contínuo.

A dimensão gerencial é explorada por Santiago e Leal (2024), que investigam os desafios da gestão financeira entre microempreendedores de Floriano (PI). Os autores apontam como principal obstáculo a dificuldade de separar finanças pessoais das empresariais, o que compromete o controle de caixa e a saúde financeira dos negócios. Recomendam, portanto, ações educativas e maior envolvimento de profissionais da contabilidade.

Silva et al. (2021) abordam os entraves enfrentados pelos empreendedores no momento da formalização, destacando a burocracia, o desconhecimento sobre tributação e a dificuldade de acesso ao crédito. Para os autores, o contador é um agente estratégico que pode facilitar esse processo e garantir conformidade legal.

Já Silva et al. (2023) concentram-se nas estratégias de adaptação adotadas pelos MEIs durante a pandemia. Os autores identificam o uso de marketing digital, serviços de delivery e inovação nos modelos de atendimento como formas de enfrentamento à crise, evidenciando a capacidade de resiliência dos microempreendedores.

Souza & Santos (2024) reforçam a importância da formalização ao destacar os benefícios previdenciários, a segurança jurídica e o acesso a crédito proporcionados pelo MEI. Os autores também valorizam a atuação do contador como parceiro essencial na orientação e regularização dos negócios.

Por fim, Vieira et al. (2025) oferecem uma análise aprofundada sobre os desafios financeiros enfrentados pelos MEIs e MEs, especialmente no acesso ao crédito. Os autores explicam que as altas taxas de juros e os prazos curtos de pagamento decorrem da percepção de risco por parte das instituições financeiras. Defendem, portanto, a criação de políticas públicas que ampliem o acesso ao capital de giro e adaptem os critérios bancários à realidade dos pequenos negócios.

Em conjunto, esses estudos revelam que o MEI é uma política pública multifacetada, com impactos positivos na inclusão produtiva e no desenvolvimento econômico, mas que ainda enfrenta desafios estruturais que exigem atenção da academia, dos formuladores de políticas e dos profissionais da contabilidade.

A literatura também aponta lacunas importantes, como a escassez de estudos sobre a trajetória de longo prazo dos MEIs e os fatores que condicionam sua transição para categorias empresariais mais complexas. Há demanda por pesquisas que integrem dimensões econômicas, contábeis e administrativas, com foco na sustentabilidade dos negócios e na eficácia das políticas públicas de apoio.

Em síntese, o MEI é reconhecido como uma inovação institucional relevante, mas sua consolidação depende de ajustes estruturais, capacitação dos empreendedores e articulação entre governo, academia e setor contábil. A construção de um ambiente mais favorável ao desenvolvimento dos microempreendimentos exige políticas integradas, educação financeira e acesso facilitado a crédito e consultoria técnica.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem metodológica de natureza mista, combinando elementos qualitativos e quantitativos com o intuito de proporcionar uma análise mais abrangente e aprofundada do objeto de investigação. A escolha por uma abordagem qualitativa e quantitativa justifica-se pela necessidade de compreender, de forma integrada, tanto os significados e interpretações atribuídos aos fenômenos quanto os padrões e tendências observáveis nas produções científicas e institucionais sobre o tema.

A pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória. A natureza descritiva visa mapear e sistematizar os principais desafios, limitações e barreiras enfrentadas por microempreendedores individuais (MEIs) no Brasil, enquanto a vertente exploratória busca compreender fenômenos ainda pouco analisados no contexto nacional, especialmente no que se refere à gestão contábil, financeira e administrativa desses empreendimentos.

O método adotado foi a revisão bibliográfica, com ênfase na revisão narrativa da literatura. A revisão bibliográfica consiste na análise de produções científicas já publicadas, como artigos, livros, dissertações, teses e documentos institucionais, com o objetivo de reunir e interpretar o conhecimento acumulado sobre determinado tema. A revisão narrativa, por sua vez, é uma modalidade de revisão bibliográfica que permite uma abordagem mais ampla, flexível e interpretativa dos dados, sendo especialmente útil para a construção de sínteses teóricas e para a identificação de lacunas na literatura.

A revisão narrativa é utilizada para descrever o estado da arte de um assunto específico sob uma perspectiva teórica ou contextual, permitindo a atualização rápida do conhecimento (Flor et al. 2022). Os autores complementam ainda que esse tipo de revisão é caracterizado pela ausência de critérios rígidos de seleção e análise, sendo mais adequada para temas amplos e para a construção de fundamentações teóricas em pesquisas qualitativas. Cavalcante e Oliveira (2020) destacam que a revisão narrativa não se propõe a esgotar todas as fontes de informação, mas sim a oferecer uma visão crítica e interpretativa do campo investigado, sendo especialmente relevante para a formulação de políticas públicas e para o desenvolvimento teórico-metodológico da ciência.

Lima, Lopes e Pizzio (2022), ao utilizarem a revisão narrativa em sua análise sobre o termo "política da memória", reforçam que essa metodologia permite interpretar e identificar padrões de uso e aplicação de conceitos em diferentes contextos, sendo eficaz para captar nuances e significados que vão além da simples quantificação de dados. Essa flexibilidade metodológica é particularmente útil em estudos que buscam compreender fenômenos complexos e multifacetados, como é o caso dos desafios enfrentados pelos MEIs no Brasil.

A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento bibliográfico em bases de dados científicas reconhecidas, como SciELO e Google Scholar. Além disso, foram consultadas publicações institucionais de órgãos como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério da Economia. A busca foi orientada por palavras-chave relacionadas ao objeto de estudo, como "Microempreendedor Individual", "gestão financeira", "desafios do MEI", "formalização".

Foram incluídas na análise as publicações que atenderam aos seguintes critérios: (i) publicações entre os anos de 2021 e 2025; (ii) textos completos disponíveis em português; (iii) estudos que abordassem especificamente os desafios, limitações ou barreiras enfrentadas por microempreendedores individuais no Brasil, com foco nas dimensões contábil, financeira, administrativa ou institucional. Foram excluídos trabalhos duplicados, resumos, editoriais, notas técnicas e publicações que não apresentassem relação direta com o objeto de estudo.

O objetivo dessa construção é compreender aspectos relevantes e atualizados ligados à temática do MEI para serem abordados na intervenção proposta no projeto de extensão que tratou de uma palestra para um grupo de empreendedores jovens da cidade de Porto Velho em Rondônia.

Complementarmente à pesquisa teórica, o estudo incluiu uma intervenção prática sob a forma de projeto de extensão universitária, intitulado "Empreendedorismo Jovem: Desvendando o MEI". Esta intervenção foi projetada para articular a teoria e a prática, disseminando conhecimento sobre a formalização, obrigações fiscais e práticas contábeis essenciais.

Planejamento e Execução: O projeto de extensão envolveu diversas etapas de planejamento, incluindo estudos aprofundados sobre a formalização do MEI (utilizando referências oficiais como SEBRAE e Receita Federal) e a análise do perfil do público-alvo. A metodologia utilizada foi a expositiva dialogada, com a elaboração de slides e exemplos práticos para adequar o conteúdo ao público. O planejamento logístico incluiu a organização via grupo de WhatsApp para otimizar a troca de ideias e a tomada de decisões rápidas.

Público e Local: A ação ocorreu no SENAI de Porto Velho (RO), sendo direcionada a jovens aprendizes da turma de Assistente Administrativo. O público-alvo foi composto por 31 jovens com idades entre 14 e 23 anos.

Realização: A palestra foi realizada no dia 9 de outubro de 2025 e abordou conceitos essenciais do MEI, como limite de faturamento, obrigações mensais e anuais, emissão de notas fiscais, e etapas de abertura e manutenção do registro. A equipe extensionista foi responsável pela montagem do espaço, recepção e registro da atividade.

A inclusão da intervenção prática na metodologia justifica-se pelo fato de que a pesquisa teórica (Fase 1) forneceu o embasamento necessário para os temas e desafios abordados na palestra (Fase 2). A articulação entre a revisão bibliográfica e a prática demonstrou a relevância do estudo ao transformar o conhecimento acadêmico em impacto social, contribuindo para a disseminação do conhecimento contábil e gerencial entre potenciais empreendedores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultado da pesquisa, foram identificados 14 artigos científicos que abordaram a temática do MEI, seus desafios e atenderam ao critério de seletividade conforme se observa a seguir:

Quadro 1 – Quantidade de Artigos Científicos Seleccionados para o Estudo.

Ano	Quant. de Artigos Seleccionados
2021	2
2022	1
2023	3
2024	5
2025	3
Total	14

Fonte: os autores

A partir dessa seleção foi construído um quadro que apresenta a ideia central de cada artigo e suas principais considerações, permitindo melhor conhecer o que vem sendo debatido em termos de construção do conhecimento sobre os aspectos legais, econômicos, gerenciais e contábeis do MEI.

Quadro 2 – Principais Considerações dos Artigos Científicos Seleccionados.

Autores	Ano	Principais Considerações
Barbosa et al.	2025	O principal desafio é o desinteresse dos contadores e a falta de planejamento/capacitação dos MEIs.. Há consenso sobre a necessidade urgente de aumentar o limite de faturamento e ampliar o CNAE.
Hildenê Moreira Barros	2023	Reitera-se a urgência para MEIs e MPEs se engajarem na transformação digital, utilizando conhecimento e estratégia para inovação e expansão.
Rogério Costanzi Nagamine	2025	O regime MEI não se configura como uma política pública eficiente e gera um déficit atuarial significativo (R\$ 711 bilhões a valor presente) nas contas do RGPS, sendo necessária uma reestruturação estrutural urgente do programa.
Ansiliero, Cifuentes Costanzi,	2024	O MEI obteve sucesso na formalização inicial, mas é oneroso, tem baixa adesão (<i>compliance</i>) e problemas de focalização. O programa gera riscos à sustentabilidade do RGPS, sendo necessária uma reformulação que inclua a majoração da alíquota previdenciária e medidas contra a pejetização.
Lima e Junior	2023	A pesquisa mostrou que a relação entre o crescimento do MEI e a queda do desemprego é direta, mas a alta informalidade persiste. São necessárias novas políticas para migrar a população da informalidade para a formalidade.

Machado et al.	2021	MEIs estão satisfeitos com a formalização (principalmente acesso a direitos previdenciários e crédito), mas enfrentaram dificuldades severas na pandemia, sobretudo no controle de caixa/dinheiro da empresa devido à ausência de contador.
Mondini et al.	2024	Apesar das vantagens da formalização, a maioria dos MEIs carece de planejamento e controle financeiro adequados, elementos cruciais para a sustentabilidade e para prosperar em um mercado competitivo.
Oliveira e Bernardelli	2022	O número de MEIs contribui positivamente para o Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios do Paraná, auxiliando na formalização de trabalhadores e na economia, e permitindo a geração de renda em momentos de instabilidade econômica.
Santiago e Leal	2024	A principal dificuldade dos MEIs é a gestão financeira ineficiente, destacada pela falta de separação entre contas pessoais e empresariais, o que se opõe ao Princípio da Entidade.
Silva Reis e Santana	2024	Houve um crescimento significativo de MEIs no comércio (Boca do Acre/2022) devido à simplificação da formalização e à busca por autonomia, sendo o setor de pequenos negócios responsável por uma contribuição significativa para o saldo de empregos (33%).
Silva, Silva e Carvalho	2024	Apesar da satisfação geral com a formalização, a gestão financeira é falha (não separação de finanças e ausência de ferramentas contábeis), infringindo o Princípio da Entidade e comprometendo a tomada de decisões estratégicas.
Silva et al. (Dayane N. A. et al.)	2021	A falta de conhecimento (gestão e planejamento) é o principal fator para a curta sobrevivência das micro e pequenas empresas, embora a Lei Geral (LC 123/06) tenha impulsionado o crescimento econômico e a geração de emprego.
Silva et al. (Fernando S. et al.)	2023	Durante a pandemia, o apoio de políticas públicas (como Auxílio Emergencial e PRONAMPE) e estratégias de digitalização (como <i>delivery</i>) foram cruciais para a sobrevivência e/ou abertura dos negócios dos MEIs.
Vieira et al.	2025	O acesso ao crédito é um desafio crítico para MEIs e MEs devido à alta percepção de risco pelas instituições financeiras, o que resulta em taxas de juros elevadas e prazos curtos. É crucial a continuidade de políticas públicas para crédito e melhoria da gestão financeira.

Fonte: os autores

A análise dos artigos revelou que os desafios enfrentados pelo MEI podem ser categorizados em dois eixos principais: **desafios estruturais** e **macroeconômicos**, que demandam intervenção regulatória e fiscal; e **desafios microgerenciais**, ligados diretamente à capacitação e à sustentabilidade do negócio. Esses pontos foram abordados e trabalhados na intervenção do projeto de extensão realizada através de palestra para empreendedores jovens.

Desafios Estruturais e a Sustentabilidade do Programa

Risco Previdenciário e Baixa Adimplência: A sustentabilidade do RGPS é uma das maiores preocupações. O custo do MEI é elevado, sendo que os subsídios geram riscos

financeiros e previdenciários. A estimativa de Costanzi (2025) de um déficit atuarial de R\$ 711 bilhões reforça o alerta. Esse cenário é agravado pela baixa adesão dos filiados. Isso porque, apenas cerca de 50% dos afiliados ativos pagam regularmente suas contribuições. Ansileiro, Costanzi e Cifuentes (2024) observam que a eliminação da retenção obrigatória de 11% para Contribuintes Individuais (CIs) no âmbito do MEI pode ter contribuído para a persistência dos altos índices de inadimplência.

Focalização e Pejotização: Outro problema sistêmico apontado é a focalização inadequada do programa. O MEI foi inicialmente direcionado a autônomos de baixa renda, mas os resultados sugerem que ele está atraindo indivíduos com perfil socioeconômico intermediário ou médio-alto. O perfil típico dos MEIs é similar ao dos empregados formais com carteira assinada,

Essa visão é reforçada por Constanzi (2025) que afirma que há uma intervenção falha na focalização, pois o MEI tem atraído trabalhadores com maior escolaridade e experiência prévia no mercado formal. O argumento de que o MEI substituiria beneficiários de programas assistenciais (como o BPC/LOAS) gerando economia é considerado inverídico pelo autor. A migração de empregados formais para a condição de MEI é uma preocupação recorrente, sugerindo que o MEI se tornou um instrumento de pejotização e precarização das relações de trabalho.

13

A fragilidade em converter o MEI em empresas maiores é outro desafio estrutural. A pesquisa indica que a taxa de empreendimentos que conseguem migrar para a categoria de Microempresa (ME) é extremamente baixa (apenas 2% em um estudo amostral). Segundo o IPEA (2024), muitos empreendimentos encerram as atividades antes de completar cinco anos, e a sobrevivência como contribuinte do RGPS é, em média, de apenas 44 meses. Essa baixa taxa de crescimento e sobrevivência questiona o custo-benefício do alto gasto tributário envolvido.

DESAFIOS MICROGERENCIAIS E DE SUPORTE

Crise de Gestão Financeira: A principal dificuldade reportada pelos próprios MEIs é a má gestão financeira. Silva, Silva e Carvalho (2024) e Santiago e Leal (2024) corroboram que a falta de separação entre as contas pessoais e empresariais é o maior desafio, infringindo um dos princípios fundamentais da Contabilidade que é o princípio da entidade. Esses estudos indicam que mais da metade dos MEIs não utilizam ferramentas contábeis para registrar operações, confiando em métodos manuais ou na intuição. Machado et al. (2021) já apontavam a

vulnerabilidade gerada pela ausência de contador, especialmente no controle de caixa durante crises.

Acesso a Crédito: o risco de acesso a linhas de crédito é um desafio crítico. O segmento enfrenta taxas elevadas e prazos curtos, justificados pela alta percepção de risco das instituições financeiras, dada a escassez de garantias e o histórico financeiro frágil. Vieira et al. (2025) defendem a necessidade urgente de políticas públicas específicas para mitigar esses riscos e fornecer suporte estruturado, como a criação de fundos de aval ou a flexibilização de critérios.

Suporte Contábil e Capacitação: A nível microeconômico, o principal desafio dos MEIs reside na falta de gestão e planejamento. Muitos empreendedores iniciam seus negócios sem planejamento estratégico ou capacitação adequada para a gestão. Essa inexperiência gerencial é apontada como um fator chave para o fracasso do empreendimento. Apesar de não ser obrigatório, o apoio de um profissional contábil é essencial. Contudo, BARBOSA et al. (2025) constataram o desinteresse predominante dos contadores em atender o MEI, citando o perfil desorganizado e a baixa capacidade de pagamento de honorários. Segundo os autores, apenas uma minoria dos MEIs busca ativamente auxílio contábil. Para eles, conhecimento mínimo de planejamento estratégico, como Análise SWOT e *Balanced Scorecard* (BSC), é fundamental para que o MEI possa gerir seu negócio como fator crítico de sucesso.

14

Digitalização: BARROS (2023) destaca a necessidade de urgência para que os MEIs se engajem na transformação digital para inovação e desenvolvimento. Contudo, a maioria das Micro e Pequenas Empresas (MPes) encontra-se em estágio inicial de maturidade digital. A limitação orçamentária e a falta de conhecimento técnico e apontada pelo autor como os principais obstáculos para que microempreendedores individuais adentrem na era da transformação digital e modernizem seus respectivos negócios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação de extensão "Empreendedorismo Jovem: Desvendando o MEI" alcançou resultados significativos, sendo uma intervenção organizada e bem estruturada, aplicada a 31 jovens da turma de Assistente Administrativo. Observou-se que a ação contribuiu de maneira importante para ampliar o entendimento sobre empreendedorismo e formalização, além de fortalecer a educação financeira e incentivar práticas responsáveis no início da trajetória profissional dos jovens. A intervenção mostrou-se uma estratégia eficaz para disseminar conhecimento prático e sensibilizar o público sobre os aspectos legais e gerenciais do MEI.

Durante a execução da palestra, os resultados qualitativos incluíram um alto nível de atenção, participação e interesse dos alunos, que manifestaram curiosidade sobre os direitos do MEI, o processo de formalização e as possibilidades de atuação como empreendedores. O uso de linguagem acessível, recursos visuais e exemplos práticos facilitou a assimilação do conteúdo, permitindo que os participantes construíssem uma visão mais concreta sobre o Microempreendedor Individual e a forma como essa modalidade pode influenciar suas futuras oportunidades profissionais. Além disso, a ação gerou um impacto direto na formação dos futuros profissionais, ampliando o conhecimento sobre temas como formalização, cidadania financeira e empreendedorismo. O grupo também obteve retorno verbal positivo tanto dos participantes quanto do próprio SENAI.

Do ponto de vista formativo, o projeto possibilitou ao grupo extensionista uma experiência enriquecedora, viabilizando a vivência prática da construção coletiva de uma ação extensionista. Isso resultou no fortalecimento de habilidades e competências essenciais, como comunicação, organização, trabalho em equipe, liderança, gestão de tempo e capacidade de mediação e adaptação diante de imprevistos. O projeto cumpriu plenamente seus objetivos, reforçando a importância da extensão universitária como ponte entre o conhecimento acadêmico e a transformação social.

15

Somado a isso, a investigação teórica em relação ao MEI permitiu uma discussão atualizada dos principais desafios enfrentados pelos microempreendedores individuais no Brasil, especialmente no que tange à gestão contábil, financeira e administrativa. A partir da revisão narrativa da literatura e da sistematização de artigos científicos publicados entre 2021 e 2025, foi possível identificar que, embora o regime do MEI represente uma política pública de inclusão produtiva relevante, ele ainda enfrenta obstáculos estruturais e microgerenciais que comprometem sua eficácia e sustentabilidade.

Do ponto de vista estrutural, destacam-se o desequilíbrio atuarial do regime previdenciário, a baixa adimplência dos contribuintes, a focalização inadequada e o risco de pejetização das relações de trabalho. Esses fatores indicam a necessidade urgente de revisão normativa e de maior controle institucional para garantir que o MEI cumpra sua função original de inclusão econômica sem gerar distorções fiscais e previdenciárias.

No plano microgerencial, os desafios relacionados à gestão financeira, à ausência de suporte contábil e ao acesso limitado ao crédito revelam a fragilidade operacional dos empreendimentos enquadrados como MEI. A falta de capacitação técnica e o desconhecimento

de ferramentas básicas de planejamento comprometem a sobrevivência e o crescimento desses negócios, reforçando a importância de ações educativas e de apoio técnico contínuo.

A intervenção proposta por meio de palestra para jovens empreendedores mostrou-se uma estratégia eficaz para disseminar conhecimento prático e sensibilizar sobre os aspectos legais e gerenciais do MEI. Essa articulação entre pesquisa e extensão universitária contribui para o fortalecimento da cidadania econômica e para a construção de um ambiente mais favorável ao desenvolvimento sustentável dos microempreendimentos.

Diante dos achados, recomenda-se o aprimoramento das políticas públicas voltadas ao MEI, com foco na capacitação gerencial, na ampliação do acesso ao crédito e na revisão dos critérios de enquadramento e contribuição previdenciária. Além disso, destaca-se a importância da atuação dos profissionais da contabilidade como agentes estratégicos na orientação e na consolidação dos pequenos negócios. O MEI, enquanto instrumento de inclusão produtiva, precisa ser continuamente reavaliado e fortalecido para que possa cumprir seu papel com equidade, eficiência e sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ANSILIERO, G.; COSTANZI, R. N.; CIFUENTES, R. Microempreendedor individual (MEI): evolução da legislação, revisão da literatura e temas para o debate. **Rio de Janeiro: Ipea**, 2024. (Texto para Discussão, n. 2971). 16

BARBOSA, S. C.; MORAIS, E. M.; SOUZA, F. C. L. de; GOMES, J. S.; COVA, M. C. R. Problemas enfrentados pelos pequenos empreendedores na visão do microempreendedor individual e do contador. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, [S. l.], v. 23, n. 10, p. e11935, 2025. DOI: 10.55905/oelv23n10-146. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/11935>. Acesso em: 6 nov. 2025.

BARROS, H. M. Transformação digital para MEI, micro e pequenas empresas: o papel das ferramentas digitais para a inovação e o desenvolvimento do negócio. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 9, n. 9, p. 4529-4545, set. 2023.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um manual prático**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021.

COSTANZI, R. N. **Os impactos do Microempreendedor Individual (MEI) no equilíbrio financeiro e atuarial da previdência social**. 2025. Disponível em: <https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/...>

LIMA, L. M. de Q.; JÚNIOR, P. F. M. G. O crescimento dos MEIs e os seus impactos econômicos na sociedade brasileira entre 2020 e 2022. **ISSN 2447-5017 - Volume 9 - Número 2 - Jul/Dez.**, 2023.

MACHADO, L. C. et al. Microempreendedor individual: uma análise dos desafios enfrentados na pandemia do COVID-19. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 5, p. 49776-49793, 2021.

MONDINI, V. E. D. et al. Motivações e dificuldades encontradas pelos Microempreendedores Individuais (MEIs) do setor têxtil da cidade de Gaspar/SC. **Revista de Gestão e Secretariado – GeSec**, v. 15, n. 4, p. 01-26, 2024.

OLIVEIRA, M. B. de; BERNARDELLI, L. V. O impacto do microempreendedor individual no crescimento econômico dos municípios do estado do Paraná. **Economia & Região**, Londrina (Pr), v. 10, n. 1, p. 145-162, jan./abr. 2022.

SANTIAGO, A. R. P. G.; LEAL, L. V. Desafios do Microempreendedor Individual Florianense com relação à gestão financeira de seu negócio. **MiP | Uberlândia, MG | v. 5 | n. 1 | jan./jun. 2024**, p. 44-71.

SILVA, D. N. A. et al. Fatores de impacto para sobrevivência de micro e pequenas empresas (MPES). **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 1, n. 1, p. 182-194, jan./jun. 2021.

SILVA, F. S. et al. Desafios e estratégias em período pandêmico: visão de microempreendedores individuais. **Revista Gestão e Organizações**, v. 8, n. 4, out./dez. 2023.

SILVA, L. N.; REIS, S. G. S.; SANTANA, E. L. Microempreendedor individual (MEI): análise sobre o crescimento no setor do comércio no município de Boca do Acre no ano de 2022. **Revista Acadêmica Online**, v.10, n.52, p. 01-29, 2024.

SILVA, R. R. da; SILVA, A. P. da; CARVALHO, H. A. de. A contribuição das ferramentas contábeis para o desenvolvimento do microempreendedor individual. **Revista de Contabilidade Faculdade Dom Alberto**, v. 13, n° 25, p. 21-37, 1º semestre 2024.

VIEIRA, M.; SILVA NETTO, A. P. da; ZUQUI, V. Explicações para taxa de juros mais altas e prazos de pagamento curtos para MEI e MEs. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 7, 2025. (ISSN 2178-6925).